

# Prisão de fugitivos é uma vitória para Lewandowski?

Criminosos foram presos somente após 51 dias de operação

Por Ana Paula Marques

Com 51 dias de uma operação que envolveu a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Penal e até mesmo a Força Nacional de Segurança Pública, os dois homens que fugiram da penitenciária federal de Mossoró, em Rio Grande do Norte, foram encontrados e presos na última quinta-feira (4).

Os fugitivos Rogério da Silva Mendonça, de 35 anos, e Deibson Cabral Nascimento, de 33, foram encontrados em outro estado, no Pará, a cerca de 1.600 km de Mossoró. Junto com eles, foram apreendidos um fuzil AR-15, dois carregadores de munições cheios e oito celulares.

Os esforços do Ministério da Justiça e da Segurança Pública levaram à montagem de uma força-tarefa de cerca de 500 agentes. Assim, apesar da declaração do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, de que a recaptura foi “uma vitória do Estado brasileiro”, especialistas avaliam que os parabéns, se cabem, devem ser direcionados para a polícia e não ao chefe da pasta.

Presente de grego  
Para o especialista em Segurança Pública, Leonardo Sant’Anna esse “não é o momento em que deve haver qualquer tipo de entendimento de vitória e de comemoração”. Ele defende que a prisão deve ser vista como um resultado oferecido pelas forças de segurança pública, em especial as federais. Contudo, os 51 dias para a captura de fugitivos de um presídio de segurança máxima é um prazo “muito longo”.



Lewandowski comemorou a prisão dos fugitivos

“São quase dois meses. Isso demonstra que o ministro Lewandowski recebeu um presente de grego, um desafio que é muito maior do que ele imaginava. Desafio não apenas de reformulação dos presídios federais, mas também de uma reformulação dos procedimentos operacionais para que se tenha montado uma atividade eficiente de busca e captura”, explica.

Desde que Lewandowski assumiu o Ministério da Justiça que se questionam a competência do chefe da Pasta na segurança pública. Apesar de ser reconhecido como um ministro de grande experiência no Judiciário, ele carrega o mesmo fardo de seu antecessor, Flávio Dino, um ministro que é mirado pela oposição que usa as falhas do governo como um grande argumento para minar a reputação do Executivo. O argumento é que um governo de esquerda não tem um projeto de segurança pública.

## Sem plano

Para Leonardo Sant’Anna, não havia logística adequada ou um plano que estabelecia o que deveria ser feito caso houvesse uma fuga. “O que devemos louvar é o que os agentes de segurança pública fizeram sem nenhum desses componentes. Temos um resultado a partir dessas falhas, ações quase individuais das polícias que trabalharam sem um plano geral estabelecido pelo ministério”, explica.

Agora, a Polícia Federal investiga se houve facilitação na fuga. Já se sabe, por exemplo, que uma obra que vinha sendo realizada no presídio pode ter contribuído para a empreitada da dupla, e que, possivelmente, a facção criminosa Comando Vermelho (CV) estaria envolvida, já que os criminosos são integrantes do grupo.

Para o advogado especialista em segurança pública Berlinque Cantelmo, a fuga demonstra três vertentes preocupantes.

“Em primeiro lugar, a ação foi bem planejada por facções criminosas sem que houvesse uma monitoração e antecipação das forças de segurança pública. Em segundo, a tão sonhada integração entre forças policiais ainda não se materializou ou não atingiu níveis de excelência que proporcionem efetividade em ações de combate ao crime organizado”, explica.

Para ele, em terceiro lugar, o que preocupa é a composição atual trazida pela gestão Lewandowski ao ministério. “A composição precisa ser mais bem testada em termos de empoderamento repressivo qualificado e capacidade de operacionalização de recursos, pois, até então, o que percebemos é a alocação de muitos membros oriundos do Ministério Público em funções que passam longe de suas experiências, incluindo aquelas que demandam expertise operacional e inteligência de campo”, avalia.

# Prates pode deixar Petrobras

Por Ana Paula Marques

Após uma sequência de desentendimentos com o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, pediu uma reunião “definitiva” com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para discutir sua situação no cargo.

Apesar de não ter uma data específica para o encontro, o rumor de que o comando da maior estatal do Brasil será trocado vem crescendo, o nome que ganha força para ocupar o lugar de Prates é o de Aloizio Mercadante, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Prates estaria insatisfeito com a falta de apoio de Lula aos ataques que tem recebido de integrantes do governo, especialmente Alexandre Silveira, e caso não tenha um respaldo maior do Executivo, a possibilidade é de que ocorra um pedido de demissão.

Por isso, um dos principais pontos que Prates pretende levar a Lula seria a suposta interferência de Silveira sobre o conselho da companhia.

O presidente da estatal ironizou os rumores de sua saída da empresa em uma postagem na rede social X (antigo Twitter). Na imagem postada, um interlocutor pergunta se ele vai sair da estatal. A resposta de sua assessoria foi a seguinte: “Acho que após às 20h20. Vai para casa jantar...E amanhã às 7h09 ele estará de volta na empresa, pois sempre tem a agenda cheia”.



Prates vem se desentendendo com ministro

## Escalada da Crise

Desde o início do terceiro mandato de Lula, o relacionamento entre Prates e Silveira é marcado por embates. Os temas que rondam essa crise entre os dois são relacionadas com a pauta do governo, como preços dos combustíveis, distribuição de dividendos e retomada de investimentos da companhia.

As disputas entre os dois se concentravam inicialmente em aspectos técnicos, como a reinjeção de gás natural em poços de petróleo. As desavenças a partir daí só foram aumentando.

A saída de Prates passou a ser ventilada publicamente após a crise ocorrida na discussão sobre a distribuição dos dividendos da Petrobras. O Conselho de Administração da

empresa resolveu reter os R\$ 43 bilhões de lucros, colocados em uma reserva, em vez de pagar dividendos, o que foi interpretado pelo mercado como uma intervenção do governo na empresa, produzindo desvalorização nos preços das ações da estatal. Na época, Silveira propôs reter 100% dos ganhos extras, Prates tentou uma solução que agradasse ao mercado e à União, reter apenas metade dos proventos para reserva e distribuindo a outra metade. Derrotado na discussão, Prates se absteve na reunião do conselho, o que à época gerou a irritação de Lula.

Na linha dessa recente crise, em uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o ministro Silveira reconheceu o conflito entre os dois.

“Sempre tive debates acalorados, verdadeiros. Mas debates transparentes sobre o que eu, como governo, defendo na Petrobras; e o presidente da Petrobras, naturalmente, defende como presidente de uma empresa. Os papéis são diferentes. Por isso há um conflito”, afirmou.

Na ocasião, ele criticou a postura de Prates em relação ao pagamento de dividendos extraordinários da Petrobras, ele também afirmou que se Prates tivesse seguido a orientação do governo, “não teria tido tanto barulho”. Além disso, o ministro da pasta de Energia também chegou a declarar que é possível agradar ao mercado e governo com “humildade, discrição e competência”. Perguntado se estava chamando Prates de incompetente, o ministro respondeu: “Deixo essa avaliação para o presidente Lula”.

## Outro nomes

Além de Mercadante, outros nomes já vinham circulando no mercado como possíveis sucessores do executivo, como o da ex-diretora-geral da Petrobras, Magda Chambrí. Além dela, circularam os nomes de Miriam Belchior, ex-ministra-chefe da Casa Civil; Bruno Moretti, atual conselheiro da Petrobras, e Rodrigo Dubeux, secretário-executivo-adjunto do Ministério da Fazenda e candidato ao conselho de administração da companhia.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/Prefeitura municipal



Estátua do Menino Deus no centro de Marituba

## Cidades que devem ao INSS têm muitos funcionários

Pequenas cidades, grandes débitos com a Previdência Social. Consultas feitas pela coluna no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do IBGE e de prefeituras indicam que os débitos milionários de municípios com o INSS estão relacionados com a quantidade de servidores públicos — cada funcionário gera a obrigação de pagamentos para a Previdência.

Segundo a PGFN, a prefeitura que mais deve ao INSS é a de Marituba (PA), o espeto chega a R\$ 320 milhões. A cidade tem 111.785 habitantes: segundo o IBGE, em 2021, apenas 18.857 (13,88%) do total, estavam ocupadas. Destes, segundo dados da folha de pagamento do décimo terceiro salário da prefeitura, 6.030 (32%) trabalhavam para o município.

## Dívida garantida

A conta na Previdência de Parintins (AM) exhibe o vermelho do boi Garantido e proporções amazônicas. Segundo maior devedor do INSS entre os municípios, sua dívida chega a R\$ 305 milhões. Dos 96.372 habitantes, apenas 8.340 estavam ocupados, um percentual de 7,16%.

## Quase metade

Em 2024, segundo dados da própria prefeitura, 3.907 pessoas trabalham para o município. O total representa 47% do pessoal que, de acordo com o IBGE, estava ocupado em 2021. Como os dados tratam de anos diferentes, a conta não é exata, mas indica uma tendência.



Em São Paulo, pequena proporção de servidores

## Percentuais menores no Rio e em São Paulo

Os percentuais de funcionários municipais das duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio, correspondem, respectivamente, a 2,1% e 5% da população ocupada. Se, como a de Marituba, a prefeitura paulistana empregasse 32% dos trabalhadores de seu território teria 1,872 milhão de servidores públicos na folha.

No interior, as prefeituras são as principais empregadoras — em Parintins, há maior concentração de trabalhadores nas áreas de educação, saúde e obras públicas.

As prefeituras de Canavieiras (BA), Eunápolis (BA) e Pinheiro (MA) também têm débitos superiores a R\$ 250 milhões com o INSS.

## Ameaça

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ameaçou recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que diminuiu, de 20% para 8%, a contribuição patronal de municípios com até 156 mil habitantes.

## Mudanças

A redução foi aprovada pelo Congresso no ano passado, no rastro do projeto que diminuía a contribuição de empresas de 17 setores. No fim de 2022, o governo editou medida provisória que restabelecia os 20%, mas a mudança acabou sendo retirada por Pacheco.

## Ironia com erro

Jean Paulo Prates reagiu com ironia aos boatos de que deixará a presidência da Petrobras. Publicou no X suposto diálogo em que alguém pergunta se ele sairá da empresa. O interlocutor responde que sim, depois das 20h02. Ah, o nome da Petrobras foi escrito com acento no “a”.

## Krenak na ABL

Lula não deve ir, hoje, à posse do escritor Ailton Krenak na Academia Brasileira de Letras. Mas dois ministros já confirmaram presença na cerimônia que marca a entrada do primeiro indígena na ABL: Silvío Almeida, dos Direitos Humanos, e Margareth Menezes, da Cultura,